

INFORMATIVO 01/ 2020

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019

S U M Á R I O

01 – ÍNDICE.....	02
02 - DADOS CADASTRAIS	03
03 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	04
04 - BALANÇO PATRIMONIAL	08
05 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO “SOBRAS E PERDAS”.....	10
06 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
07 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
08 - NOTAS EXPLICATIVAS.....	15
09 – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE “EXTERNA”.....	33
10 - PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	36

DADOS CADASTRAIS

Denominação Social.: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale Rio Crixás Ltda
Nome Comercial.....: **SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS**
Endereço.....: Rua Tomaz de Campos Qd.11 LT.19, Centro - CEP: 76.510-000
Cidade/Estado.....: Crixás – Goiás
Telefone:: (62) 3365-2874/2875
E-mail:: crixas@sicoobgoias.com.br

Inscrição no CNPJ/MF 07.108.146/0001-02
Autorização de Funcionamento BACEN..... 04012383/02
Inscrição na Junta Comercial (JUCEG)..... 52400009814
Inscrição no Sindicato e Org. das Coop. Brasileiras do Estado de Goiás –OCB-GO
Inscrição Estadual..... Isento
Inscrição Municipal..... 5482087

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (MANDATO: 2019 a 2022)

Adão José de Campos	Presidente
Edivar Marques Lessa	Vice-Presidente
Ana Cristina Jesus Modesto	Conselheiro
Eleusa Pereira Araújo	Conselheiro
Fábio Machado de Araújo	Conselheiro
José Tavares Júnior	Conselheiro
José Uilson Moreira	Conselheiro
Núbia Machado da Silva Xavier	Conselheira
Silvio Machado Santana	Conselheiro

CONSELHO FISCAL (MANDATO: 2019 a 2022)

EFETIVOS

Orismar Fernandes de Araújo
Pedro Graciano da Silva
Venceslau Arouca Barbosa

SUPLENTES

Jovael Maciel da Luz
Maxsuely Costa da Silva
Sebastião de Leles Ferreira

DIRETORIA EXECUTIVA (MANDATO: 2019 A 2022)

Elenon Machado Ferreira – Diretor Presidente
Rubineli do Carmo Lacerda – Diretora Operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

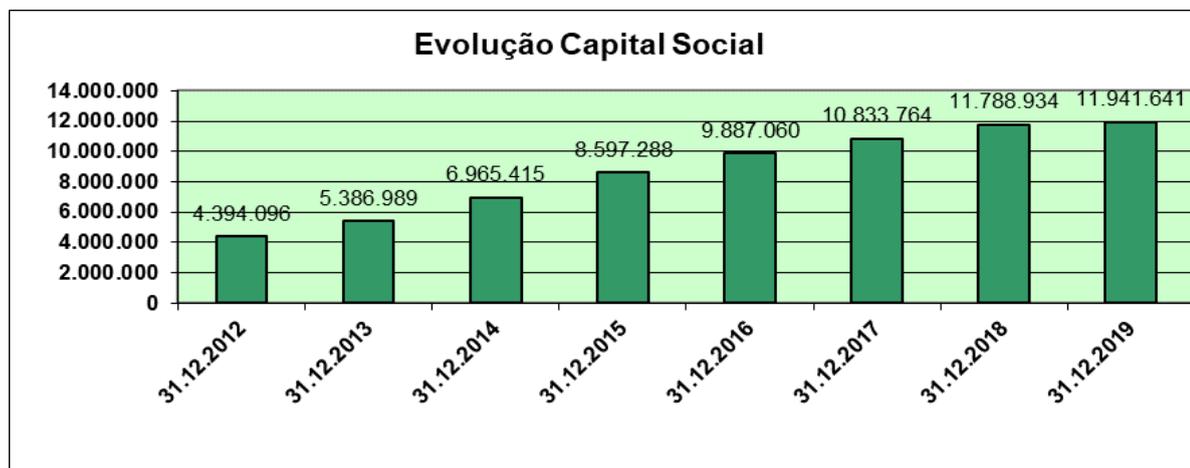
Senhores Cooperados,

Apresentamos aos cooperados e ao público em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale Rio Crixás Ltda – *SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS*, referente ao exercício 2019, elaborados em conformidade com os dispositivos legais e estatutários.

A *SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS* desenvolveu suas atividades em 2019, buscando continuamente atender às expectativas de seus associados, apresentando sempre taxas competitivas e um atendimento sem burocracia, oferecendo aos cooperados todos os produtos e serviços financeiros encontrados nas melhores instituições financeiras, graças à parceria mantida com o Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob e o Sistema *SICOOB*, desde janeiro de 2005.

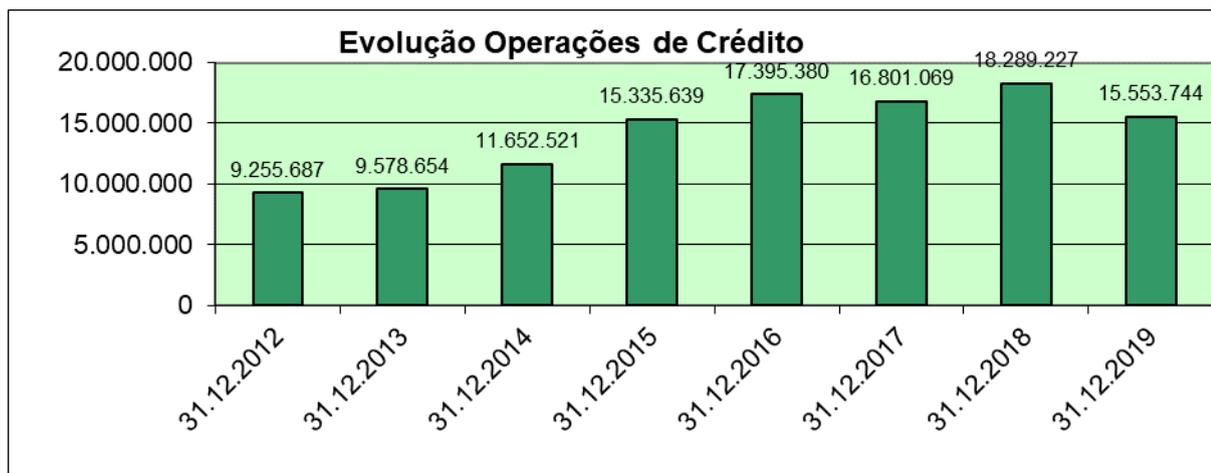
Capital Social

O Capital Social da Cooperativa registrou uma evolução de 1,30 % em 2019, passando de R\$ 11.788,934 em 31.12.2018, para R\$ 11.941.640, em 31.12.2019, totalizando um incremento líquido de R\$ 152.706.



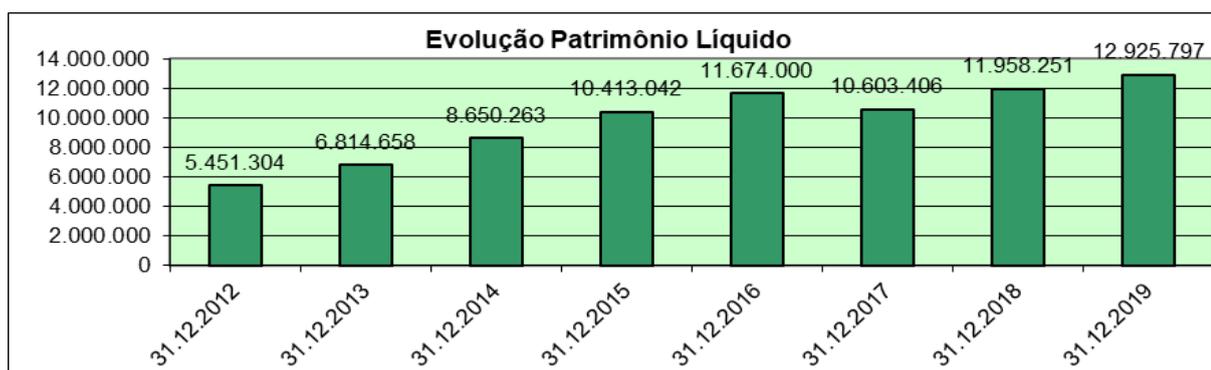
Operações de Crédito

A SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS registrou no exercício social 2019, um decréscimo de R\$ 2.735.484, nas suas operações de crédito concedidas, passando de R\$ 18.289.227, em 31.12.18 para R\$ 15.553.743, em 31.12.19, representando um decréscimo de 14,96 % no período.



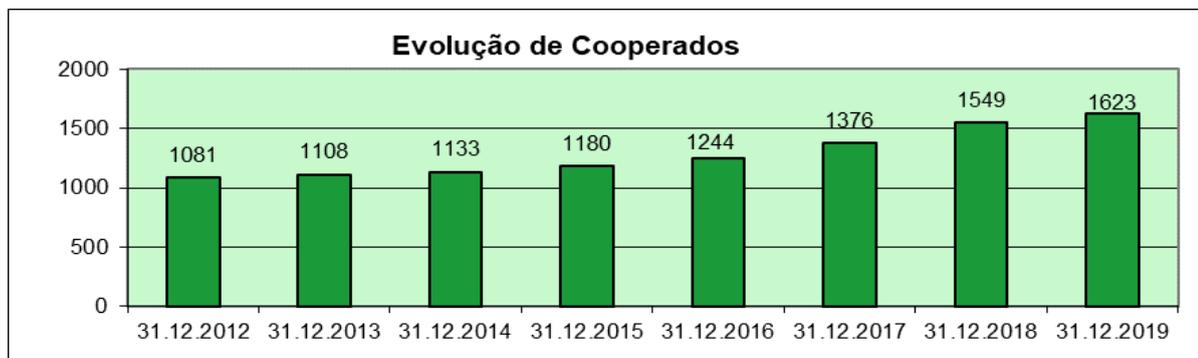
Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apresentou uma evolução de 8,09% no exercício 2019, passando de R\$ 11.958.251, em 31.12.18, para R\$ 12.925.797, em 31.12.19. Totalizando um aumento líquido de R\$ 967.546.



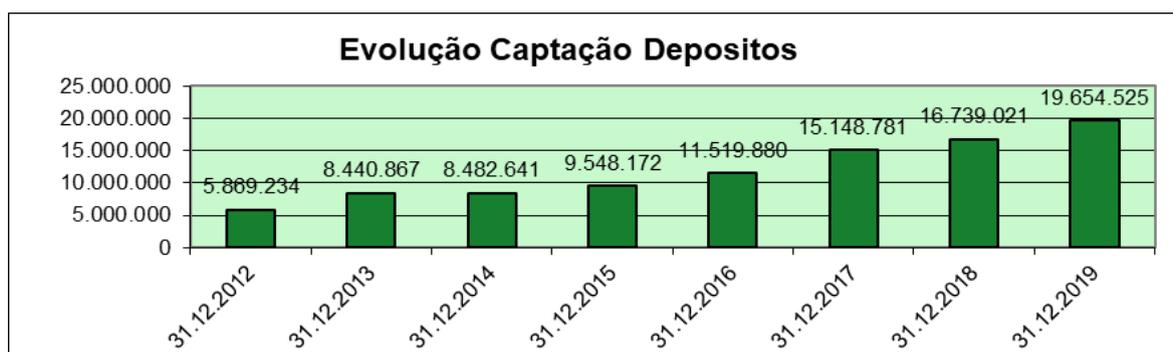
Cooperados

O número de cooperados apresentou uma evolução de 4,77% no exercício de 2019, passando de 1549, em 31.12.2018, para 1623, em 31.12.19.



Captação de Depósitos

A Captação de Depósitos apresentou uma evolução 17,41% no exercício 2019, passando de R\$ 16.739.021, em 31.12.18, para R\$ 19.654.525, em 31.12.19.



Agradecimentos

Expressamos nosso reconhecimento e gratidão ao apoio e confiança depositados por nossos cooperados no trabalho desenvolvido por esta administração, à dedicação dos nossos colaboradores, ao sério trabalho desenvolvido por nossos parceiros no Sistema SICOOB, imprescindíveis ao progresso e continuidade da Cooperativa SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS.

Março de 2020.
Conselho de Administração.

3328 - SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS

Instituição resp.:

Instituição:

Periodicidade:

Período:

Sisbr 2.0 - Plataforma
Contábil

Balço Patrimonial

1004 - SICOOB GOIÁS

CENTRAL

3328 - SICOOB DO VALE RIO
CRIXÁS

Exercícios

2019 - 2018

Data de Emissão:

06/03/2020

Hora de Emissão:

07:51:02

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	28.763.435,28	27.504.032,35
Disponibilidades (Nota 4)	901.905,19	479.041,03
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	15.609.151,27	10.389.899,97
Centralização Financeira	15.609.151,27	10.389.899,97
Operações de Crédito (Nota 6)	11.792.788,56	16.484.934,55
Operações de Crédito - Setor Privado	12.767.114,26	16.963.392,28
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(974.325,70)	(478.457,73)
Outros Créditos (Nota 7)	74.912,25	62.938,51
Avais e Fianças	32.078,79	60.486,08
Rendas a Receber	10.464,36	7.070,98
Diversos	60.436,78	50.255,24
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.067,68)	(54.873,79)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	384.678,01	87.218,29
Outros Valores e Bens	164.492,52	69.275,26
Despesas Antecipadas	220.185,49	17.943,03
Não Circulante	8.250.317,91	6.495.632,03
Operações de Crédito (Nota 6)	3.760.955,31	1.804.293,27
Operações de Crédito - Setor Privado	4.116.916,60	1.968.139,90
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(355.961,29)	(163.846,63)
Investimentos (Nota 9)	2.566.676,85	2.406.533,68
Ações e Cotas	2.566.676,85	2.406.533,68
Imobilizado (Nota 10)	1.773.278,58	1.322.686,50
Outras Imobilizações de Uso	1.277.689,31	650.013,01
Imóveis de Uso	1.372.685,22	1.372.685,22
(-) Depreciações Acumuladas	(877.095,95)	(700.011,73)
Intangível	149.407,17	962.118,58
Softwares	351.469,34	1.073.822,23
(-) Amortizações Acumuladas	(202.062,17)	(111.703,65)
Total do Ativo	37.013.753,19	33.999.664,38
PASSIVO		
Circulante	22.613.924,95	21.308.015,64
Depósitos (Nota 11)	19.654.525,10	16.739.021,00
Depósitos à Vista	8.153.452,01	7.784.166,33
Depósitos sob Aviso	18.415,52	17.394,97
Depósitos à Prazo	11.482.657,57	8.937.459,70
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	2.440.618,82	3.979.336,97
Repasse Interfinanceiros	2.440.618,82	3.979.336,97
Obrigações por Repasses	8.026,04	-
Obrigações por Repasses no País	8.026,04	-
Bancoob	8.026,04	-
Outras Obrigações (Nota 13)	510.754,99	589.657,67

Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.701,27	9.355,48
Sociais e Estatutárias	58.982,50	190.853,96
Fiscais e Previdenciárias	81.949,75	72.497,68
Diversas	365.121,47	316.950,55
Não Circulante	1.474.031,20	733.396,82
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	1.474.031,20	733.396,82
Repasses Interfinanceiros	1.474.031,20	733.396,82
Patrimônio Líquido (Nota 14)	12.925.797,04	11.958.251,92
Capital Social	11.941.640,80	11.788.934,02
Reserva de Sobras	546.177,99	188.947,37
Sobras (Perdas) Acumuladas	437.978,25	(19.629,47)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	37.013.753,19	33.999.664,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elenon Machado Ferreira

CPF.: 233.621.541-15

Diretor Presidente

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO
16.895/O-6

Instituição resp.:

**Sisbr 2.0 -
Plataforma Contábil
Demonstração de
Sobras ou Perdas**
1004 - SICOOB GOIÁS
CENTRAL

Data de Emissão:

06/03/2020

Hora de Emissão:

Instituição:

3328 - SICOOB DO VALE
RIO CRIXÁS

07:51:02

Periodicidade:

Exercícios e Semestre

Período:

2019 - 2018 e 2º sem-2019

Descrição	2º SEM - 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira	2.087.708,83	4.673.061,74	4.125.333,34
Resultado com operações de crédito (Nota 16)	2.076.870,05	4.644.225,46	4.125.333,34
Resultado de aplicações compulsórias	10.838,78	28.836,28	-
Despesas da Intermediação Financeira	(731.900,78)	(1.671.189,22)	(1.468.001,20)
Operações de captação no mercado (Nota 11)	(298.269,65)	(572.710,71)	(573.761,71)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 12)	(158.702,02)	(304.832,48)	(299.866,44)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(274.929,11)	(793.646,03)	(594.373,05)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.355.808,05	3.001.872,52	2.657.332,14
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.076.213,85)	(1.993.069,17)	(1.890.053,55)
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	191.419,66	364.775,22	337.031,82
Rendas de tarifas bancária (Nota 18)	213.145,94	441.716,52	440.521,21
Despesas de pessoal (Nota 19)	(1.050.785,98)	(2.015.739,29)	(1.889.088,09)
Outras despesas administrativas (Nota 20)	(936.209,59)	(1.649.543,93)	(1.464.375,31)
Despesas Tributárias	(29.092,03)	(51.967,16)	(28.876,34)
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	262.762,79	379.849,61	267.632,66
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	385.588,88	722.948,30	588.086,84
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(113.043,52)	(185.108,44)	(140.986,34)
Resultado operacional	279.594,20	1.008.803,35	767.278,59
Resultado não operacional (Nota 23)	(5.167,30)	(6.070,20)	-
Resultado antes da tributação e da participação nas sobras	274.426,90	1.002.733,15	767.278,59
Imposto de renda e contribuição social	(23.990,62)	(48.957,02)	(26.688,97)
Imposto de Renda	(11.995,31)	(24.478,51)	(12.521,16)
Contribuição Social	(11.995,31)	(24.478,51)	(14.167,81)
Participação nas sobras	250.436,28	953.776,13	740.589,62
Juros sobre o capital próprio (Nota 15)((172.523,87)	(172.523,87)	(139.115,67)
Sobras Líquidas após JCP	77.912,41	781.252,26	601.473,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elenon Machado Ferreira

CPF.: 233.621.541-15

Diretor Presidente

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO
16.895/O-6

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS	
		FUNDO DE RESERVA	FUNDO P/ AUM. CAPITAL		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2018	10.833.764,14	1.087.487,12	-	(1.317.844,28)	10.603.406,98
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)		(1.087.487,12)		1.087.487,12	-
- Por Integralizações	1.350.021,99				1.350.021,99
- Incorporação de Juros ao Capital	137.550,63				137.550,63
OUTROS EVENTOS:					
- Restituições/ Retiradas de Capital	(532.402,74)			1.466,07	(530.936,67)
- Ajuste exercícios anteriores				(20.994,74)	(20.994,74)
- Arredondamento de Conta Capital		611,91			611,91
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (ANTES DOS JUROS AO CAPITAL)				601.473,95	601.473,95
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(20.926,16)	(20.926,16)
- Destinação ao Fates, Resultado com não associados				(161.955,97)	(161.955,97)
- Reserva Legal		62.778,49		(62.778,49)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			125.556,97	(125.556,97)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2018	11.788.934,02	63.390,40	125.556,97	(19.629,47)	11.958.251,92
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	955.169,88	(1.024.096,72)	125.556,97	1.298.214,81	1.354.844,94
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2019	11.788.934,02	63.390,40	125.556,97	(19.629,47)	11.958.251,92
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)	125.556,97		(125.556,97)		-
- Por Integralizações	708.527,25				708.527,25
- Incorporação de Juros ao Capital (Líquido IRRF)	172.221,41			(172.523,87)	(302,46)
OUTROS EVENTOS:					
- Devoluções de Capital					

	(853.598,85)				(853.598,85)
- Utilização de Recursos do FATES				182.882,13	182.882,13
- Ajuste exercícios anteriores				23.747,25	23.747,25
- Arredondamento de Conta Capital		720,39			720,39
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (ANTES DOS JUROS AO CAPITAL)				953.776,13	953.776,13
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(48.206,72)	(48.206,72)
- Reserva Legal		192.826,88		(192.826,88)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			289.240,32	(289.240,32)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2019	11.941.640,80	256.937,67	289.240,32	437.978,25	12.925.797,04
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	152.706,78	193.547,27	163.683,35	457.607,72	967.545,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elenon Machado Ferreira

CPF.: 233.621.541-15

Diretor Presidente

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO
16.895/O-6

3328 - SICOOB DO VALE RIO
CRIXÁS

Instituição resp.:

Instituição:

Periodicidade:

Período:

Sisbr 2.0 - Plataforma Contábil

Demonstração de Fluxo de Caixa

1004 - SICOOB GOIÁS CENTRAL

3328 - SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS

Exercícios

2019 - 2018

Data de Emissão:

06/03/2020

Hora de Emissão:

07:51:02

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
-	-	-
Sobras/(perdas) líquidas antes do IRPJ E CSLL	1.002.733,15	628.162,92
Ajustes as sobras/perdas líquidas (não afetaram o caixa)	921.634,96	761.893,45
Ajuste de Exercícios Anteriores	23.747,25	(20.994,74)
Provisão para Operações de Crédito	793.646,03	594.373,05
Provisão de Juros ao Capital	(172.523,87)	-
Despesas de depreciação e amortização	276.765,55	188.515,14
Aumento (redução) em ativos operacionais	1.632.404,46	(2.153.875,19)
Operações de crédito	1.941.837,92	(2.082.531,50)
Outros créditos	(11.973,74)	(96.026,58)
Outros valores e bens	(297.459,72)	24.682,89
Aumento (redução) em passivos operacionais	2.132.262,08	2.078.066,76
Depósitos	2.915.504,10	1.590.239,28
Relações Interdependências	(798.083,77)	670.288,77
Obrigações por empréstimos e repasses	8.026,04	-
Outras obrigações	55.772,73	(155.772,32)
IRPJ / CSLL (Pagos)	(48.957,02)	(26.688,97)
1 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.689.034,65	1.314.247,94
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
-	-	-
Alienação de imobilizado de uso	-	(9.762,09)
Aquisição de investimentos	(160.143,17)	(928.702,45)
Aquisição de imobilizado de uso	(616.819,29)	-
Aplicação de Ativo Intangível	702.173,07	-
2 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(74.789,39)	(938.464,54)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
-	-	-

Aumento por novas integralizações de capital	708.527,25	817.619,25
Devoluções de Capital	(853.901,31)	-
Reservas de lucros	720,39	611,91
Subscrição de Juros ao Capital	172.523,87	137.550,63
Perdas pagas por associados desligados	-	1.466,07
3 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	27.870,20	957.247,86
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA (SOMATÓRIO 1 + 2 + 3)	5.642.115,46	1.333.031,26
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	5.642.115,46	1.333.031,26
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.868.941,00	9.535.909,74
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.511.056,46	10.868.941,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elenon Machado Ferreira

CPF.: 233.621.541-15

Diretor Presidente

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE RIO CRIXÁS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1) Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE RIO CRIXÁS LTDA - SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 11/11/2004, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS** possui 1 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SANTA TEREZINHA DE GOIÁS - GO**.

O **SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3) Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente

segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2019** foram feitas reavaliação dos bens não de uso próprio havendo indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	901.905,19	479.041,03
Relações interfinanceiras - centralização financeira	15.609.151,27	10.389.899,97
TOTAL	16.511.056,46	10.868.941,00

5) Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas: Centralização Financeira - Cooperativas	15.609.151,27	10.389.899,97
TOTAL	15.609.151,27	10.389.899,97

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 722.948,30 (setecentos e vinte dois mil, novecentos e quarenta oito reais e trinta centavos) e R\$ 588.086,84 (quinhentos e oitenta oito mil, oitenta seis reais e oitenta quatro centavos), com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

6) Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	7.800.463,22	1.743.815,81	9.544.279,03	10.055.730,30
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.966.651,04	2.373.100,79	7.339.751,83	8.875.801,88
Total de Operações de Crédito	12.767.114,26	4.116.916,60	16.884.030,86	18.931.532,18
(-) Provisões para Operações de Crédito	(974.325,70)	(355.961,29)	(1.330.286,99)	(642.304,36)
TOTAL	11.792.788,56	3.760.955,31	15.553.743,87	18.289.227,82

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	920.060,96	1.348.566,54	2.268.627,50	-	38.906,22	-
A	0,50%	Normal	3.501.682,65	3.941.623,70	7.443.306,35	(37.216,53)	7.468.188,99	(37.340,94)
B	1%	Normal	1.521.138,27	769.788,81	2.290.927,08	(22.909,27)	8.263.869,13	(82.638,69)
B	1%	Vencidas	18.858,64	-	18.858,64	(188,59)	65.307,61	(653,08)
C	3%	Normal	1.027.996,27	565.378,38	1.593.374,65	(47.801,40)	1.937.901,65	(58.137,05)
C	3%	Vencidas	40.093,55	-	40.093,55	(1.202,81)	102.727,52	(3.081,83)
D	10%	Normal	1.120.700,29	405.861,62	1.526.561,91	(152.656,19)	299.006,94	(29.900,80)
D	10%	Vencidas	33.593,47	3.572,97	37.166,44	(3.716,64)	167.731,70	(16.773,17)
E	30%	Normal	205.843,41	-	205.843,41	(61.753,02)	127.342,41	(38.202,72)
E	30%	Vencidas	310.551,29	-	310.551,29	(93.165,39)	74.615,72	(22.384,72)
F	50%	Normal	134.501,39	304.959,81	439.461,20	(219.730,60)	12.103,39	(6.051,70)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	37.785,52	(18.892,76)
G	70%	Normal	58.671,49	-	58.671,49	(41.070,04)	1.353,49	(947,44)
G	70%	Vencidas	5.702,80	-	5.702,80	(3.991,96)	24.641,45	(17.249,02)
H	100%	Normal	554.500,92	-	554.500,92	(554.500,92)	199.892,38	(199.892,38)
H	100%	Vencidas	90.383,63	-	90.383,63	(90.383,63)	110.158,06	(110.158,06)
Total Normal			9.045.095,65	7.336.178,86	16.381.274,51	(1.137.637,97)	18.348.564,60	(453.111,72)
Total Vencidos			499.183,38	3.572,97	502.756,35	(192.649,02)	582.967,58	(189.192,64)
Total Geral			9.544.279,03	7.339.751,83	16.884.030,86	(1.330.286,99)	18.931.532,18	(642.304,36)

Provisões	(1.092.496,24)	(237.790,75)	(1.330.286,99)		(642.304,36)	
Total Líquido	8.451.782,79	7.101.961,08	15.553.743,87		18.289.227,82	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.360.318,40	2.440.144,82	1.743.815,81	9.544.279,03
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.501.818,28	3.464.832,76	2.373.100,79	7.339.751,83
TOTAL	6.862.136,68	5.904.977,58	4.116.916,60	16.884.030,86

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.760.983,20	-	2.760.983,20	16%
Setor Privado - Indústria	77.927,41	-	77.927,41	0%
Setor Privado - Serviços	1.270.253,80	-	1.270.253,80	8%
Pessoa Física	5.375.416,24	7.339.751,83	12.715.168,07	75%
Outros	59.698,38	-	59.698,38	0%
TOTAL	9.544.279,03	7.339.751,83	16.884.030,86	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(642.304,36)	(2.211.496,66)
Constituições / Reversões	(795.552,66)	(651.994,22)
Transferência para prejuízo	107.570,03	2.221.186,52
TOTAL	(1.330.286,99)	(642.304,36)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	509.665,46	3,00%	1.060.190,78	6,00%
10 Maiores Devedores	4.089.030,36	24,00%	4.788.263,01	25,00%
50 Maiores Devedores	10.315.261,38	61,00%	10.968.815,98	58,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	2.930.662,21	961.406,19
Valor das operações transferidas no período	(421.972,61)	2.221.186,52
Valor das operações recuperadas no período	(107.570,03)	(251.930,50)
TOTAL	2.401.119,57	2.930.662,21

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 2.054.715,12** (Dois milhões cinquenta quatro mil setecentos e quinze reais e doze centavos),

compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7) Outros crédito

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	32.078,79	60.486,08
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber	6.255,98	5.667,35
Outras rendas a receber	4.208,38	1.403,63
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	4.332,68	6.298,68
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	6.220,00	22.457,58
Impostos e contribuições a compensar	56,00	-
Títulos e créditos a receber	22.741,59	20.934,58
Devedores diversos – país (b)	27.086,51	564,40
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (c)	(28.067,68)	(54.873,79)
TOTAL	74.912,25	62.938,51

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se, basicamente a pendências a regularizar (caixa e Bancoob).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
E	30%	Normal	3.837,97	(1.151,39)	8.017,56	(2.405,27)
E	30%	Vencidas	1.859,29	(557,79)	-	-
G	70%	Vencidas	76,77	(53,74)	-	-
H	100%	Normal	26.304,76	(26.304,76)	52.468,52	(52.468,52)
Total Normal			30.142,73	(27.456,15)	60.486,08	(54.873,79)
Total Vencidos			1.936,06	(611,53)	-	-
Total Geral			32.078,79	(28.067,68)	60.486,08	(54.873,79)
Provisões			(28.067,68)		(54.873,79)	
Total Líquido			4.011,11		5.612,29	

8) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	193.567,52	69.275,26
Despesas Antecipadas (b)	220.185,49	17.943,03
Provisões para Desvalorizações (c)	(29.075,00)	-
TOTAL	384.678,01	87.218,29

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

9) Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	2.331.572,05	2.200.429,05
Participações inst financ controlada coop crédito	235.104,80	206.104,63
TOTAL	2.566.676,85	2.406.533,68

10) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos		290.000,00	290.000,00
Edificações	4%	1.082.685,22	1.082.685,22
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(389.766,66)	(303.151,86)
Instalações	10%	82.602,97	70.690,91
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(39.924,88)	(31.664,40)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	344.244,02	292.792,27
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(208.742,96)	(151.782,82)
Sistema de Comunicação	20%	1.929,00	1.929,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	793.449,20	229.485,71
Sistema de Segurança	10%	27.564,12	27.215,12
Sistema de Transporte	20%	27.900,00	27.900,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(238.661,45)	(213.412,65)
TOTAL		1.773.278,58	1.322.686,50

11) Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de

“Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	8.153.452,01		7.784.166,33	
Depósito Sob Aviso	18.415,52	0,36	17.394,97	0,47
Depósito a Prazo	11.482.657,57	0,36	8.937.459,70	0,47
TOTAL	19.654.525,10		16.739.021,00	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	1.002.205,42	5,00%	552.181,89	3,00%
10 Maiores Depositantes	4.772.597,23	24,00%	3.147.665,72	19,00%
50 Maiores Depositantes	11.289.316,47	58,00%	8.713.239,88	52,00%

b) Despesas com b) operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.020,55)	(1.032,12)
Despesas de Depósitos a Prazo	(547.985,09)	(572.729,59)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(23.705,07)	0,00
TOTAL	(572.710,71)	(573.761,71)

12) Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	2.498.732,46	1.623.678,91	4.041.515,59	893.512,20
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(58.113,64)	(149.647,71)	(62.178,62)	(160.115,38)
TOTAL	2.440.618,82	1.474.031,20	3.979.336,97	733.396,82

Os valores de despesas com juros de remuneração de empréstimos e repasses em 2019 totalizaram R\$ 304.832,48 e R\$ 299.866,44 em 2018.

13) Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	4.701,27	9.355,48
Sociais e Estatutárias (13.1)	58.982,50	190.853,96
Fiscais e Previdenciárias (13.2)	81.949,75	72.497,68
Diversas (13.3)	365.121,47	316.950,55
TOTAL	510.754,99	589.657,67

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	48.206,72	20.926,16
Resultado de Atos com não Associados (a)	-	161.955,97
Cotas de Capital a Pagar (b)	10.775,78	7.971,83
TOTAL	58.982,50	190.853,96

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	2.641,84	3.815,66
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.756,71	4.598,18
Impostos e Contribuições sobre Salários	70.542,19	60.385,89
Outros	7.009,01	3.697,95
TOTAL	81.949,75	72.497,68

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.075,90	1.250,02
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	29.951,70	59.729,18
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	260.123,53	216.124,09
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	33.850,36	12.890,05
Credores Diversos - País	40.119,98	26.957,21
TOTAL	365.118,98	316.950,55

(a) Referem-se a provisão para pagamento de despesas com terceiros, provisões de férias a pagar e respectivos encargos sociais e valores inconsistentes lançados pela compensação e cheques depositados.

(b) Refere-se à contabilização de provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.125.125,12 (R\$ 912.076,77 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	11.941.640,80	11.788.934,02
Associados	1.623	1.549

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para aumento de capital.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

Refere-se a valores de exercícios anteriores conforme quadro abaixo:

Descrição	2019
Provisão IR E CSRF - Notas Federal Segurança	(377,26)
Baixa Provisão Férias e encargos não revertidos no mês do respectivo pagto.	35.597,23
Diferença na conciliação dos cheques depositados anterior a 31/12/2018	(4.856,36)
Devolução/Integralização de cotas de capital	(6.616,36)
Total	23.747,25

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Percentual	2019	2018
1. SOBRA/PERDA LIQUIDA DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESPECÍFICAS		781.252,26	601.473,95
2. (-) FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES COM NÃO ASSOCIADOS	-	-	(161.955,97)
3. (-) AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	(20.994,74)
4. REVERSÃO UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FATES	-	182.882,13	-
BASE PARA DESTINAÇÃO		964.134,39	418.523,24

5. (-) FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES COM ASSOCIADOS	5%	(48.206,72)	(20.926,16)
6. (-) FUNDO DE RESERVA (2018 - 15%)	20%	(192.826,88)	(62.778,49)
7. (-) OUTRAS RESERVAS - FAC - FUNDO PARA AUM. CAPITAL	30%	(289.240,32)	(125.556,97)
8. (=) SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		433.860,47	209.261,62
9. (=) SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS EXERCÍCIO ANTERIOR		(19.629,47)	(1.317.844,28)
10. (-) AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR		23.747,25	-
11. (+) INCORPORAÇÕES DE RESERVAS E DEVOLUÇÕES DE CAPITAL		-	1.088.953,19
12. (=) Sobras a disposição da AGO		437.978,25	(19.629,47)

15) Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 172.523,87.

16) Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	185.057,64	218.355,01
Rendas de Empréstimos	1.813.970,10	1.331.946,34
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.100.984,64	1.303.060,64
Rendas de Financiamentos	3.806,80	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direc. à vista (obrigatórios)	852.157,31	1.127.585,04
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	688.248,97	144.386,31
TOTAL	4.644.225,46	4.125.333,34

17) Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	79.030,00	66.699,28
Rendas de Serviços de Custódia	-	114,50
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	285.745,22	270.218,04
TOTAL	364.775,22	337.031,82

18) Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	138.278,00	134.194,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	96.846,50	104.034,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	35,80	1.070,20
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	206.556,22	201.222,51
TOTAL	441.716,52	440.521,21

19) Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(48.600,00)	(29.700,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(561.123,34)	(498.899,16)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(211.626,66)	(198.572,84)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(403.515,53)	(371.889,41)
Despesas de Pessoal - Proventos	(750.946,18)	(756.596,34)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(29.238,97)	(29.498,29)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(10.688,61)	(3.932,05)
TOTAL	(2.015.739,29)	(1.889.088,09)

20) Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(75.958,50)	(60.725,11)
Despesas de Aluguéis	(23.864,00)	(23.462,00)
Despesas de Comunicações	(76.778,85)	(33.943,48)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(25.046,90)	(14.206,14)
Despesas de Material	(32.979,80)	(26.661,79)
Despesas de Processamento de Dados	(215.384,71)	(188.553,13)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(93.584,39)	(76.965,49)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(14.481,80)	(26.699,32)
Despesas de Publicações	(660,00)	(860,00)
Despesas de Seguros	(45.401,64)	(44.325,17)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(191.741,54)	(148.565,22)
Despesas de Serviços de Terceiros	(35.413,68)	(22.807,39)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(64.756,49)	(60.045,77)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(148.468,58)	(168.598,61)
Despesas de Transporte	(143.821,20)	(87.809,86)
Despesas de Viagem ao Exterior	(57,74)	-
Despesas de Viagem no País	(9.228,41)	(27.224,84)
Despesas de Amortização	(110.538,34)	(34.545,90)
Despesas de Depreciação	(166.227,21)	(153.969,24)
Outras Despesas Administrativas	(45.371,10)	(47.777,59)
Emolumentos judiciais e cartorários	(19.472,99)	(39.108,42)
Contribuição a OCE	(5.472,38)	-
Rateio de despesas da Central	(50.092,69)	(140.762,16)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(54.740,99)	(36.758,68)
TOTAL	(1.649.543,93)	(1.464.375,31)

21) Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	9.679,31	5.514,33
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	21.203,80	153.214,45
Dividendos	28.999,17	22.109,34
Deduções e abatimentos	0,07	-
Rendas de repasses Delcredere	793,39	10.738,36
Outras rendas operacionais	132.766,93	37.360,26
Rendas oriundas de cartões de crédito	186.406,94	38.695,92
TOTAL	379.849,61	267.632,66

22) Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(42.164,11)	(51.137,23)

Outras Despesas Operacionais	(102.203,96)	(56.794,92)
Descontos concedidos - operações de crédito	-	(64,25)
Cancelamento - tarifas pendentes	(40.740,37)	(32.989,94)
TOTAL	(185.108,44)	(140.986,34)

23) Resultado não operacional

Descrição	2019
Ganhos de Capital	2.928,96
(-) Perdas de Capital	(918,90)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(8.080,26)
Resultado Líquido	(6.070,20)

24) Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	7.688,62	0,0115%	31,00
TOTAL	7.688,62	0,0115%	31,00
Montante das Operações Passivas	363.600,00	1,9109%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	33,09	0,17	0,0063%
Empréstimo	572,55	2,86	0,0112%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	55.616,25	0,6904%	0%
Depósitos a Prazo	389.144,25	3,3835%	0,3485%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,5000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,0093%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	0,0080%
Aplicações Financeiras	1,9109%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	35.000,00
Empréstimo	44.107,11

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
7.247,70	112.478,88

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(48.600,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(561.123,34)
Encargos Sociais	(113.158,33)

25) Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE RIO CRIXÁS LTDA - SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares),

integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

26) Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27) Seguros contratados - Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28) Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	10.340.856,02	8.148.639,52
RWA-S5	20.901.423,30	20.302.860,12
ÍNDICE DE BASILÉIA	49,47%	40,14%

29) Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, não houver provisões constituídas em 2019. Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

Elenon Machado Ferreira

CPF.: 233.621.541-15

Diretor Presidente

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale Rio Crixás Ltda - Sicoob do Vale Rio Crixás/Crixás/GO.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale Rio Crixás Ltda. - Sicoob do Vale Rio Crixás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob do Vale Rio Crixás em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e
- suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 17 de março de 2020.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF – 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do CONSELHO FISCAL da cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale Rio Crixás Ltda - SICOOB DO VALE RIO CRIXÁS, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinando as operações sociais, como Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Sobras ou Perdas, acompanhadas das Notas Explicativas, e Relatório dos Auditores Independentes – CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, somos de parecer que as contas apresentadas representam as situações patrimoniais, econômicas e financeiras da cooperativa, merecendo a aprovação dos senhores em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Crixás, 09 Julho de 2020.

Venceslau Arouca Barbosa
Conselheiro Fiscal - Efetivo

Pedro Graciano da Silva
Conselheiro Fiscal - Efetivo

Orismar Fernandes de Araújo
Conselheiro Fiscal - Efetivo